

# Clube Guarani: uma narrativa etnográfica das vivências de um clube negro no extremo sul do Brasil

---

Guarani club: an ethnographic narrative of the experiences of a black club in the extreme south of Brazil

*Marília Floôr Kosby<sup>1</sup>*  
*Université de Liège - Belgique*  
*floorkosby@gmail.com*

Recibido: 30.03.19

Aceptado: 30.09.19

## Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas narrativas etnográficas tecidas durante pesquisa realizada junto às famílias negras que fundaram o Clube Guarani, na cidade brasileira de Arroio Grande, localizada próximo à fronteira com o Uruguai, região fortemente marcada pelo latifúndio, a escravidão, o patriarcado. Fundado em 1920, com o intuito de reunir em sociabilidade as famílias que eram proibidas de frequentar os demais clubes sociais da cidade, devido à discriminação racial, o Guarani é considerado por seus fundadores e sócios uma só família. Com aportes do campo da Antropologia Urbana e das Etnografias das Populações Afro-americanas, este trabalho reúne ao tema das associações negras no sul do continente americano as motivações, dilemas e alegrias que permearam a trajetória do Clube, desde sua fundação até sua transformação em Ponto de Cultura. Consideram-se, portanto, os fenômenos em seus múltiplos cruzamentos de racialidade, gênero e classe.

**Palavras-chave:** Clubes negros; Populações Afro-americanas; Etnografias do Pampa

---

<sup>1</sup> Pesquisadora visitante nos Grupos de Pesquisa *Meteor* e *Cultures sensibles*, do Departamento de Filosofia da *Université de Liège*, Bélgica (Programa de Pós-Doutorado no Exterior/CAPES, Brasil). Integra também o Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos, na Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

### **Abstract**

This article presents some ethnographic narratives woven during a research conducted with the black families who founded the Guarani Club in the Brazilian city of Arroio Grande, located near the border with Uruguay, a region strongly marked by the latifundium, the slavement, the patriarchy. Founded in 1920, with the aim of bringing together families who were prohibited from attending other social clubs in the city due to racial discrimination, the Guarani Club is considered by its founders and members to be one family. With contributions from the field of Urban Anthropology and Ethnographies of African American Populations, this work add the theme of black associations in the South American continent to the motivations, dilemmas and joys that have permeated the Club's history since its foundation until its transformation into Point of Culture. The phenomena are, therefore, considered in their multiple crossroads of raciality, gender and class.

**Keywords:** Black Clubs; Afro-American Populations; Ethnographies of Pampa

### **Introdução**

Este artigo teve origem em um exercício etnográfico proposto aos alunos da oficina de Educação Patrimonial do Ponto de Cultura Axé Raízes, na cidade brasileira de Arroio Grande. O referido Ponto de Cultura foi criado como uma alternativa para que as dependências do então fechado Clube Guarani, o “clube dos negros”, mantivessem as portas abertas para a comunidade arroio-grandense.

A convivência dos alunos da oficina com as memórias dos antigos sócios e frequentadores de diferentes gerações, que têm o Clube Guarani como um território existencial (Guattari, 1992), além de fazê-los conhecer lembranças e atualizações que fazem com que o clube se perpetue, mantendo vivas a dignidade e a alegria de viver que a ele coexistem, também foi pontuada por declarações sobre racismo e discriminação. Algumas entrevistas foram feitas em grupo, dentro das dependências onde ficava o antigo salão de bailes do clube, o que suscitou debates sobre a importância que aquele espaço tem para a memória das famílias negras que o construíram e também sobre a necessidade de as histórias de combate às discriminações vividas pelos homens e mulheres negros que ali estiveram ultrapassem as paredes do prédio, o isolamento acústico, e transitem pelas diferentes narrativas sobre a história da região.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Embora traga, entre os dados que apresenta, a evocação de períodos e fatos históricos relevantes nas memórias sobre o Clube Guarani, cabe ressaltar que este artigo não possui pretensões historiográficas em seus fundamentos epistemológicos. Assim, não será questionada a coerência ou não entre as narrativas das famílias fundadoras do Clube Guarani e a historiografia documentada. Por se tratar de um trabalho de cunho etnográfico, os critérios éticos de construção do conhecimento seguem uma lógica de legitimação

Existem mais de cinquenta Clubes Sociais Negros cadastrados no estado do Rio Grande do Sul, alguns dos quais passaram ou passam por processos semelhantes ao do Clube Guarani, recebendo novos estatutos, como os de museu e de ponto de cultura. Um exemplo é o da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, Clube Social Negro fundado em 1903, na cidade de Santa Maria. Em 2001, as dependências do Clube, fechado na década de 1990, passaram a abrigar o Museu Treze de Maio, instituição que tem como intuito principal realizar atividades museológicas comunitárias relacionadas à cultura africana e afro-brasileira, bem como à memória do antigo Clube, promovendo o combate ao racismo e às discriminações (Escobar, 2010).

Além desses cruzamentos, o Clube Guarani compartilha com outros clubes negros do Rio Grande do Sul e mesmo com clubes negros do Uruguai, algumas semelhanças (e também singularidades) em seus processos de fundação, funcionamento e transformações. Alguns desses aspectos atravessarão este artigo, a partir de narrativas construídas por meio de pesquisa bibliográfica, bem como de entrevistas semiestruturadas e *observação participante* (Ingold, 2014), realizadas entre os anos de 2011 e 2015.<sup>3</sup> Uma das intenções da oficina de Educação Patrimonial que deu origem a este estudo foi colaborar com as motivações de manter viva a presença do Clube Guarani, por parte da comunidade negra que o criou e ainda vivencia sua atmosfera, suas malhas de sociabilidade.

Um dos pontos de maior intensidade de afetos ligados ao clube diz respeito à possibilidade de “fazer festa” (Quadrado, 2012). Podendo-se definir a perda desse direito e as tentativas de boicote à possibilidade de famílias negras confraternizarem juntas, como ataques discriminatórios à potencialidade que esses eventos têm para o fortalecimento dos laços da comunidade em questão. Como arcabouço teórico-etnográfico para abordagem da

---

dos discursos dos grupos a respeito de si mesmos, ao invés de parâmetros de veracidade extraídos do “contexto mais amplo” ou de realidades externas hegemônicas.

<sup>3</sup> As discussões levantadas com esta investigação compõem as bases epistemológica e bibliográfica do projeto de pesquisa Inventário Nacional de Referências Culturais – *Lida campeira na Região de Bagé/RS*, no qual atuei como pesquisadora. O projeto foi executado entre os anos de 2012 e 2016, por uma equipe de antropólogas do curso de Bacharelado em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. De acordo com a política de preservação da diversidade étnica e cultural do Brasil, o INRC visa documentar, produzir conhecimento e reconhecer os ofícios e modos de fazer da pecuária como referência na estruturação de alguns modos de vida tidos como tradicionais no Pampa sul-rio-grandense. A metodologia do IPHAN objetiva à realização de levantamento preliminar de dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações sociais entre homens, animais e utensílios envolvidos na criação de bovinos, equinos e ovinos dessa região. Atualmente, a referida pesquisa tem como continuidade a realização do INRC-*Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã*, região onde se encontra a Comunidade Quilombola de Palmas. Dentre os bens culturais inventariados estão Artesanato em Lã, Lida Caseira / Culinária Campeira, Pastoreio de Ovinos, Caprinos e Bovinos. Ambos projetos são coordenados pela Profa. Dra. Flávia Maria Rieth (PPGAnt/UFPel).

questão da festa como lança-se mão de pressupostos da Antropologia Urbana que dinamizam a sofisticação política dos fenômenos festivos. Assim, aborda-se “festa” não como um fato, mas como a apreensão de uma perspectiva, seguindo a sugestão de Léa Freitas Perez, Leila Amaral e Wania Mesquita (2012). Trabalha-se, portanto, com a noção de que aquilo que as famílias negras que vivenciam a “família Clube Guarani” têm por “festa” não está previamente definido pela pesquisadora, mas vai sendo apresentado por seus interlocutores durante o trabalho de campo.

Nesse sentido, o próprio andamento do trabalho de campo seguiu, de certa forma, o ritmo da sociabilidade dessa(s) família(s): como as oficinas aconteciam nas sextas-feiras, procurávamos fazer campo durante os finais de semana. O único “problema” dessa estratégia era que quando um interlocutor estava envolvido com alguma festa no final de semana, praticamente todos os outros também estavam, seja como convidados, seja como quituteira, banqueteira, músico, decorador, ou mesmo familiar de algum aniversariante. Enfim, as redes de sociabilidade se mantiveram mesmo depois do clube fechado, seguindo os laços familiares.

Entretanto, por mais que as relações de sociabilidade se perpetuem entre essas famílias negras, a interdição das festas no Clube Guarani é um fato lamentado por todos os interlocutores deste estudo e aponta para uma complexa trama de movimentos em que o racismo se articula com outras discriminações, permeando noções de convivência, aproximação, mistura, afastamento, segregação e racialidade vivenciadas por famílias negras no contexto de um pequeno centro urbano do extremo sul brasileiro. É neste passo que este estudo buscou seguir os rastros dos fenômenos discriminatórios que, segundo o potencial hipotético deste artigo, atuaram tanto na fundação do Clube Guarani, quanto no seu fechamento.

Segundo a historiadora Fernanda Oliveira da Silva (2017), os primeiros clubes negros no Uruguai e no estado brasileiro do Rio Grande do Sul surgiram a partir da década de 1870, sendo as últimas fundações da década de 1960. Muitos clubes negros da região fronteira Brasil - Uruguai foram fundados entre as décadas de 1910 e 1940, implicados nos movimentos do período pós-abolição. Para citar apenas as instituições incluídas nas pesquisas de Oliveira da Silva, temos o Club 24 de Agosto (1918, em Jaguarão), os clubes Os Zíngaros e Palmeira (em Bagé, respectivamente fundados em 1936 e 1948) e o Centro Uruguay (em Melo, 1923)<sup>4</sup> – um pouco mais afastado geograficamente da fronteira, mas em intenso fluxo de sociabilidade com as agremiações supracitadas, tem-se o clube Fica Ahí Prá

---

<sup>4</sup> Oliveira da Silva (2017) aponta que os clubes sociais negros de Bagé e de Jaguarão eram frequentados também por moradores das cidades uruguaias de Melo e Rio Branco. Já o clube Centro Uruguay, em Melo, era frequentado por moradores das cidades de Aceguá e Rio Branco. Sobre “clubes sociales afrouuguayos” ver: Andrews (2011), Rodriguez (2006) e Goldman (2008).

Ir Dizendo, em Pelotas (1921). O Clube Guarani, fundado em 1920, tendo como principal motivo de criação a proibição de pessoas negras entrarem nos demais clubes sociais de Arroio Grande, associa-se a esse conjunto de instituições fundadas na primeira metade do século XX. Quadrado (2016) traz relatos da visita mútua em festividades de sócios do Clube Guarani e de sócios de outros clubes negros da região, como o Chove não Molha e Fica Ahí Pra ir Dizendo, ambos de Pelotas. Havia também participação de em festividades do Clube 24 de Agosto, em Jaguarão.

Ao percorrer os processos de criação do Clube Guarani, as negociações, as estratégias e controvérsias que envolvem as histórias de resistência, afirmação e luta que um conjunto de famílias negras do extremo sul do Brasil precisa empreender para manter a vida e a memória de seu clube social, mostra-se incontornável a atitude epistemológica argumentativa baseada em processos interseccionais (Lugones, 2008; Collins, 2017). Assim, não se parte da ideia de que há um determinante isolado, que origina, rege e dá destino aos agenciamentos de *socialidade* de um grupo. Interseções no que diz respeito à questões de racialidade, gênero e classe permearão a(s) narrativa(s) que constroem os argumentos deste artigo, bem como sua proposta de interpretação – a qual possui um perfil mais descritivo do que hermenêutico – segue os pressupostos de uma antropologia implicada no mundo, e não aplicada a este (Ingold, 2014), levando a sério as formulações que pesquisadores e seus interlocutores constroem em conjunto. Dessa forma, não há pretensão de lançar mão de uma teoria prévia, que interprete os fenômenos do campo, mas a tentativa de esboçar uma “teoria etnográfica” (Goldman, 2006) das relações entre as diferenças de raça, gênero e classe, elaboradas na experiência do Clube Guarani.

### **Extremíssimo sul: latifúndio, escravidão, patriarcado e muito axé**

Localizado no sudeste do Rio Grande do Sul, na chamada “faixa de fronteira” (Ávila, Sevilla e Garneiro Filho, 2012), com sede distante 50 km do Uruguai, em território de antigas sesmarias (doadas no final do séc. XVIII), o município de Arroio Grande teve seu processo de emancipação política, em 1872, e consolidação de núcleo urbano, diretamente ligados à emergência de elites políticas e econômicas formadas por grandes estancieiros dedicados à criação de gado, bem como à indústria pastoril (produção de charque, couro e ossos de boi) e às olarias. Esses tipos de economia tinham como principal mão-de-obra, o trabalho escravizado de africanos e seus descendentes (Maestri, 2006a, 2006b; Loner, 2001), assim como às suas transformações estão associados alguns casos de migração de famílias negras para os centros urbanos. Para se ter uma ideia, segundo Quadrado (2012), em 1858, Arroio Grande contava com 3.929 habitantes, sendo que 1.833 eram homens e mulheres negros e negras escravizadas/os.

Conforme os relatos dos entrevistados e entrevistadas da oficina de Educação Patrimonial, a fundação do Clube Guarani, em 1920, está também fortemente ligada a esses fluxos do campo para a cidade, bem como com os rompimentos e continuidades nas relações dos trabalhadores negros escravizados, ex-escravizados e livres com as famílias dos estancieiros para as quais trabalhavam. Na maioria dos casos acontecia de as mulheres mudarem-se primeiro para a área urbana, geralmente acompanhando a família dos patrões, outrora seus chefes na estância – os “senhores de escravos”. Muitas dessas mulheres que iam para a cidade trabalhar em casa de família eram jovens e solteiras. Mas há casos também de mulheres negras casadas e com filhos que se mudaram para a cidade, acompanhando o movimento das patroas, ficando os maridos na estância, trabalhando na lida campeira da pecuária extensiva e nas lavouras de monocultura de arroz.

Segundo relatos de estancieiro de Arroio Grande, entrevistado nas investigações do Inventário Nacional de Referências Culturais – *Lidas Campeiras na região de Bagé/RS* (Rieth *et al.*, 2013), quem fazia o trabalho “brabíssimo” da pecuária e da monocultura eram os negros. Peões e ex-peões afirmam que “os patrões não gostavam de branco para esse serviço” bruto, perigoso e totalizador. Sr. Macyr, trabalhador campeiro aposentado, antigo frequentador do Clube Guarani – e também interlocutor do INRC - afirmou em entrevista que a vida “para fora” era muito sofrida, passava-se muita necessidade: frio extremo, intempéries, contato próximo com animais poucos domesticados ou peçonhentos, trabalhos insalubres, esforço físico demais, distância dos postos de saúde. No mesmo sentido, o Sr. Edevar, trabalhador campeiro negro, aposentado por problemas de saúde - cuja mãe migrou, com ele ainda em idade escolar e a família dos patrões, da estância para a cidade – relata as dificuldades do serviço na campanha, contando que, muitas vezes, quando se tinha que imobilizar um terneiro, os patrões não gostavam que fosse utilizado o laço ou qualquer outro instrumento que derrubasse o bicho; preferiam que os empregados fizessem esse trabalho “à unha” (corpo a corpo), pois era menor o prejuízo de quebrar um empregado do que o de quebrar uma rês. Sr. Edevar, a esposa e a filha também frequentaram o Clube Guarani.

O escritor e tradutor Aldyr Garcia Schlee, em um artigo chamado “Linguagem de fronteira” (2014), descreve como é viver “para fora”, nesta comarca pampeana. Segundo Schlee, a expressão “comarca pampeana” foi cunhada pelo pensador uruguaio Ángel Rama<sup>5</sup> para descrever a região da fronteira Brasil/Uruguai como uma zona de compartilhamento cultural sem dividi-la dicotomicamente em noções como fronteira geopolítica/fronteira cultural ou nação/região. Para Aldyr Schlee, esse espaço fronteiriço é peculiar pela

---

<sup>5</sup> Em *Transculturación narrativa en América Latina* (Rama, 2004), é possível acessar um aprofundamento das ideias de Angel Rama quanto às noções de regionalismo e área cultural.

permanência de uma cultura periférica comum, dentro de limites nos quais os referenciais de delimitação territorial foram,

durante muito tempo (e ainda são, de certa maneira), os definidos linguística e culturalmente a partir de um velho e decadente processo de exploração da atividade rural, no qual se plasmou e sucumbiu a imagem do gaúcho – o da criação extensiva de gado no pampa (Schlee, 2014: 26).

Embora não sejam exatamente os relatos acima o foco principal deste artigo, são eles importantes para que se perceba mais adiante que algumas relações precárias de trabalho e de exploração mantiveram continuidade para aquelas famílias negras que migraram para a cidade – mesmo que fossem bem outros os ofícios desempenhados por seus membros.

Segundo os relatos obtidos pelas entrevistas realizadas durante a oficina de Educação Patrimonial, pode-se perceber que o movimento de criação de uma instituição sociocultural por/para negros em Arroio Grande acompanha o contexto de consolidação de um centro urbano no município e a intensificação dos fluxos de sociabilidade entre mulheres e homens, negros e não-negros, patrões e empregada(o)s e/ou agregada(o)s. Era o momento de formação de uma “sociedade arroio-grandense”. Assim, o Clube Guarani passou a ser percebido como um território cuja existência abarca os trânsitos que atravessam o cruzamento entre uma sociabilidade “dos negros de Arroio Grande” e entre esta e o que chamam de “sociedade arroio-grandense” (elite branca tradicional e suas referências).

Embora sejam considerados alguns dados históricos e geográficos do município, a cidade de Arroio Grande não é apresentada aqui como uma unidade político-administrativa onde esteve situado o Clube Guarani, mas como um território vivenciado cotidianamente pelas famílias sócias e frequentadoras de outrora. Fala-se, por exemplo, em “Movimento Negro de Arroio Grande”, que “não se sabe de em outras cidades, mas em Arroio Grande ainda existe muito racismo”, ou que “ninguém na cidade organizava festa na sexta-feira de noite porque ia todo mundo para o Guarani”. Mesmo a denominação “o clube dos negros de Arroio Grande” não é absoluta: ao apresentar algumas reflexões desta pesquisa durante uma disciplina do curso de Bacharelado em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas, um aluno - natural de Arroio Grande e membro de uma família negra - discordou de tal classificação, afirmando que o Guarani é o clube “de alguns negros de Arroio Grande”. Sua argumentação baseava-se no fato de que nem todas as pessoas negras de Arroio Grande frequentavam o Clube Guarani, muitas delas, principalmente aquelas que viviam em bairros mais periféricos, tendo como locais de sociabilidade festiva os salões de baile particulares.

Nesses “bailões”, as interdições racistas eram menores do que nos “clubes dos brancos”,<sup>6</sup> e as regras de conduta e traje mais flexíveis do que as do Clube Guarani.

Até 1902 – quando foi fundado o Club Instrução e Recreio (atual Clube do Comércio), onde famílias da elite (ou “da sociedade”) se encontravam para bailes de gala e festejos de carnaval –, havia na cidade apenas lugares para homens, como a Liga Operária e o Esporte Clube Arroio Grande (Sampaio, 2010), e nenhum lugar para negros, senão a rua – espaço que não é, de forma alguma, menosprezado pelas famílias aqui abordadas, estas, inclusive, afirmam ter sido uma família sócia do Guarani, “o pessoal da Eva Nair”, a criadora da primeira escola de samba da cidade, desdobramento de um bloco carnavalesco de rua, composto por adultos e crianças. Os dirigentes e grande parcela dos integrantes da escola de samba Samba no Pé são, ainda hoje, os membros da família que a fundaram.

Uma revista sobre historiografia local traz a seguinte descrição a respeito dos primórdios do carnaval na cidade:

O carnaval de rua, conforme registros encontrados, ficava por conta nos primeiros, da “gente de cor” que realizava bailes e passeatas. Quando terminava o carnaval na quarta-feira de cinzas, realizava-se o “enterro dos ossos”. O “ataúde” contendo galinhas e leitões assados percorria varias ruas invadindo residências. Na “Pensão Gaúcha”, o “vigário” que na época era o Sr. Cantalício Flores fazia a “encomendação” e havia uma grande comilança, sempre na casa da Dona Inocência (mãe do Sr. José Inácio Balhego).<sup>7</sup>

Em 1913, já a mocidade local, a exemplo dos “homens de cor”, saía às ruas em blocos, antes do início dos bailes... (Corrêa, 2004, p. 56)

Quando o presente artigo trata de famílias, no plural, o mesmo refere-se a distintos núcleos familiares, mas, que, por aliança e/ou consanguinidade, fazem-se parentes entre si. Os núcleos se estendem de pais, filhos e irmãos para avós, bisavós, tios, cunhados, padrinhos. Embora haja os Lúcio, os Balhego, os Lima, os Silva, os Conceição, os Carduz, os Ferreira, por exemplo, essas famílias se cruzam em vários momentos e diferentes graus, o que nos impele a tomá-las em tramas de articulações. Nos primeiros relatos, ouvia-se muito dizer que “o Guarani era uma família só”. O que à primeira vista parecia força de expressão, mostrou seu sentido literal quando de nossa decisão por construir o diagrama de parentesco das cerca de 10 famílias: cada um dos núcleos em questão possuíam relação de parentesco com pelo menos um dos outros. Ao mostrar essas relações a Diego Silva, filho e neto de

---

<sup>6</sup> Clube do Comércio, Clube Caixeiral e também os Centros de Tradições Gaúchas.

<sup>7</sup> José Inácio Balhego, já falecido, foi dirigente Clube Guarani, e sua irmã, Dona Maria de Lourdes Costa Balhego, de 69 anos, é uma das interlocutoras deste trabalho.

sócios do Clube Guarani, o mesmo afirmou, sem espanto: “Aqui em Arroio Grande os pretos são tudo parente. Quando não são, eles dão um jeito de ser”.

A ideia da oficina de Educação Patrimonial foi, portanto, de se construir um etnografia com as famílias que vivenciaram o Clube Guarani em todas as suas fases, já que, logo nas entrevistas preliminares, as descrições mais fortemente enfatizadas a respeito do Guarani diziam que neste era “como se todo mundo fosse parente” e que sua fundação teria sido iniciativa de famílias que, por serem negras, eram proibidas de participar das festas promovidas pelas demais instituições sociais e recreativas da cidade.

A senhora Maria de Lourdes Costa Balhego, sóciado Clube Guarani e irmã do ex-dirigente José Inácio Balhego, fala de outras interdições proferidas aos negros, tais como, não sentar nos bancos da praça ou participar das missas da Igreja Matriz. Em consulta aos arquivos do Clube Guarani, encontraram-se recortes de jornais da região que noticiaram uma polêmica: ainda na década de 1980, um jovem de Arroio Grande, que havia sido barrado em uma festa de sua escola realizada no Centro de Tradições Gaúchas da cidade, escreveu uma carta para um jornal de Pelotas/RS relatando a discriminação sofrida. Em resposta, o jornalista resolveu entrevistar os presidentes das demais agremiações sociais da cidade. Todas as respostas afirmaram a segregação. O representante do CTG disse que era “de praxe não deixar entrar negros”; a diretora da escola explicou que se permitisse a entrada dos alunos negros, correria o risco de não ter na festa a presença das pessoas que fizeram as doações de bebidas; o presidente do Clube Caixeiral (o mais recente de todos) afirmou que muitos sócios não gostavam que os negros participassem das festas e que, por isso, a presença destes era vedada; por fim, o presidente do Clube do Comércio, proferiu a expressão que virou manchete do jornal pelotense: “Negro sobe em poste e pensa que está subindo na vida” – uma alusão aos funcionários de uma companhia de energia elétrica pública que fundaram o Clube Guarani.

Além da impossibilidade de frequentar outros espaços de sociabilidade, outro fator impulsionou a criação do Guarani: as residências dessas famílias negras não eram espaçosas o suficiente para que nelas se pudesse reunir mais do que o núcleo de moradores. A construção do Guarani foi, como diz a senhora Maria de Lourdes Costa Balhego, a aquisição de uma “casa”.

As gerações fundadoras do Clube Guarani eram constituídas por filhos e netos de trabalhadores rurais que, em grande maioria, permaneceram no campo, em pequenas chácaras próximas às estâncias para as quais trabalharam. Em vários momentos, quando se busca traçar os deslocamentos territoriais de tais antepassados, é apontada a presença de

negros uruguaios ou “índios (as) vindos(as) do Uruguai”<sup>8</sup>. Na cidade, os homens trabalhavam como pedreiros, funcionários da companhia fornecedora de energia elétrica, tipógrafos, funcionários do serviço de limpeza pública, chapeleiros, militares, serviços gerais, entre outros ofícios que não exigiam alta escolaridade, e conferiam poucos recursos de subsistência. Mas a maioria dos homens, até as gerações nascidas a partir dos anos 1960, trabalhava nas estâncias, mesmo que a mulher e os filhos vivessem na cidade.

Muitos dos interlocutores nascidos a partir dos anos 1960 possui formação em ensino técnico e/ou superior, considerando esse fato um motivo de ascensão social, já que todos nessas condições apresentam escolaridade significativamente maior que a de seus pais. Os mais jovens relatam as dificuldades de subsistência enfrentadas pelos pais e avós e mesmo amigos da família. As gerações mais novas falam em escravidão, têm curiosidade; já os idosos, tanto não falam quanto dizem que seus pais e avós não gostavam de falar sobre “os tempos difíceis”. Os sócios mais antigos demoravam alguns encontros até tocarem no assunto do racismo, da cor e da discriminação.

Afrânio Silva dos ex-presidentes do Guarani (entre 1989 e 2000), e neto de ex-presidente do clube, considerado da “nova geração” de sócios, ou da “geração rebelde”, membro do Movimento Negro, fundador da Semana da Consciência Negra no município e atual Secretário Municipal de Turismo e Desporto, diz que o papel das diretorias de sua geração foi de “abrir o clube para a comunidade”, a partir de festas e boates voltadas para o público adulto pagante em geral. Muitos destes eventos traziam temáticas fomentadas pelo Movimento Negro, como “A Noite do Axé” e o “Kizomba” (festa da integração, em Yorubá), e consolidavam os laços do Clube Guarani com o Movimento.

De uma família de músicos, fundadora do clube Guarani e da Banda Farroupilha (1933), Gustavo Lúcio conta histórias da transitoriedade dos negros na sociabilidade arroio-grandense, o que lhe foi permitido pela condição de músicos. Conta que no tempo de seu pai e seu avô, os únicos músicos de baile da cidade eram homens oriundos das mesmas famílias que fundaram o Guarani, eram eles, portanto, que, com instrumentos cedidos pela Prefeitura Municipal, faziam a musicalidade da cidade. Atualmente com 52 anos de idade, começou a tocar em carnavais com 15, trabalhando por 38 anos neste ofício<sup>9</sup>. Lembra que não podiam circular pelos salões dos clubes sociais, que entravam pela porta dos fundos e

---

<sup>8</sup> É vasta a bibliografia historiográfica a respeito dos intensos trânsitos de pessoas negras escravizadas entre os territórios das fronteiras, nem sempre bem estabelecidas, de Brasil e Uruguai. Principalmente entre finais do séc. XVIII e princípios do séc. XX, tais deslocamentos se deram em razão de deserções de guerras, fugas das explorações do trabalho escravizado em estâncias e charqueadas, ou mesmo de deslocamentos de mão-de-obra escravizada para o trabalho em fazendas pertencentes a brasileiros no território uruguaio. Ver Palermo (2013), Borucki (2015) e Borucki, Chagas e Stalla (2004).

<sup>9</sup> Luís Gustavo Carduz Lúcio é funcionário de uma empresa de energia elétrica, como o foi seu pai e o são seu filho e filha mais velhos.

que chegavam a tocar por cinco horas seguidas sem parar, o que fazia com que não conseguissem se mexer quando acabavam os bailes. Relata também que poucas vezes frequentou os salões do Guarani, pois a banda se dividia em duas para tocar nos bailes de carnaval dos outros dois clubes sociais da cidade, enquanto que músicos de Pelotas tocavam no Guarani. A Banda Farroupilha, hoje Nova Farroupilha, é ainda composta pelos descendentes de seus fundadores e continua tocando nos carnavais de salão – que se apresentam em situação de extinção, visto o investimento do Poder Municipal nos desfiles de escolas de samba, desde início da década de 1990.

No ano de 2010, uma parceria formada pela Prefeitura Municipal de Arroio Grande, através da Secretaria de Cultura do município, e a atual diretoria do Guarani, aprovaram o projeto de transformar o clube social em Ponto de Cultura, por meio de edital do Pontão de Cultura da Furg (Fundação Universidade do Rio Grande) – o que gerou polêmicas entre os antigos sócios, principalmente da parte daqueles que enxergam a criação do Ponto de Cultura como uma apropriação, por parte do Estado, de um lugar construído por suas famílias.

Segundo Beatriz Quadrado<sup>10</sup>, a situação do clube oscilou bastante nas últimas décadas do século XX:

Nos anos 60, o Clube passou por uma reforma em sua sede, na presidência do senhor Laureci Lima Pires, sendo construído um segundo piso para sua ampliação. Para isso obteve ajuda de sócios, ou seja, o prédio foi reconstruído pelos próprios frequentadores, o que ocasionou grandes gastos para a instituição. Para suprir as despesas realizadas, foram feitas festas no chamado “Salão Metálico”, alugado para tal fim. A partir do ano de 1997, o Clube começou a viver uma grande crise devido a dívidas, como as do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição). A entidade seguia com algumas festas nas sextas-feiras, as chamadas Boates “Nova Geração”.

Em 2001, o Clube fechou suas portas devido às dívidas e à estrutura precária do prédio. Este foi levado a leilão, mas não houve

---

<sup>10</sup> Dentre os desdobramentos da Oficina de Educação Patrimonial, está a monografia de conclusão de curso intitulada “Cultura também é festa”- Patrimônio e Memória: Do Clube Guarani ao Ponto de Cultura Axé Raízes (Arroio Grande, RS), de Beatriz Quadrado, apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Pelotas, em 2012.

compradores. O Clube ficou abandonado até 2004, quando se têm na presidência duas mulheres: Gizelaine Diogo Conceição e Maria Geni Lemos. Com elas o Clube conseguiu resgatar, em média, 150 sócios, pagar o ECAD e outras dívidas que vinham se acumulando, como a CEEE e a Corsan. Em novembro de 2005 foi inaugurado o novo salão de festas, chamado José Inácio Balhego (Quadrado, 2011, p. 48).

A decadência financeira e organizacional sofrida pelo Guarani é uma situação vivida por muitas entidades sociais do mesmo tipo na região (sejam clubes sociais negros ou não). A dificuldade em atrair os sócios para as atividades, bem como o fracasso das investidas em eventos tidos como tradicionais – bailes de carnaval, bailes de Páscoa e de Natal, bailes de debutantes, concursos de beleza – seguem o mote do surgimento de outras formas de sociabilidade promovidas pela iniciativa privada de empresas ou pessoas físicas, e a poiadas ou não pelo poder público. A proliferação dos blocos de carnaval com sede própria, dos bares e centros de eventos, o investimento nas escolas de samba e no carnaval de rua como espetáculo, contribuíram para que os clubes sociais enfraquecessem sua presença na cena sociabilidade da região.

Embora haja o contexto de esvaziamento dos clubes sociais em geral, o Clube Guarani teve seu fechamento devido a fatores que ultrapassam a cena social e financeira de decadência vivenciada pelas outras instituições. O clube foi fechado em 2006, em decorrência de diversas denúncias contra o seu funcionamento. Dentre as variadas acusações, que iam de foco de infestação de ratos à venda de bebidas alcoólicas a menores de idade, a que culminou com o encerramento total das atividades da entidade dizia respeito à perturbação causada a um vizinho novo pelo barulho e movimento decorrentes das festas realizadas pelo Guarani nas sextas-feiras à noite. Gizelaine Diogo Conceição, a presidente do clube, então, só soube da denúncia quando o processo já estava em tramitação na justiça e teve apenas uma condição colocada para poder manter o clube em funcionamento: arcar com uma despesa de mais de duzentos mil reais investidos em isolamento acústico – o que era inviável para qualquer clube social naquele momento, mas que não fora imposto a nenhum outro.<sup>11</sup> Sem poder realizar os eventos que eram a principal fonte de recursos do clube, a diretoria, mergulhada em dívidas, viu-se obrigada a desativá-lo.

---

<sup>11</sup> Distante um quarteirão do Clube Guarani, praticamente nos fundos da casa do denunciante que se queixava do barulho vindo deste clube, está situado, desde 1902, o Clube do Comércio (Antigo Club Instrução e Recreio, antiga União Gaúcha), fundado por senhores de famílias da elite agropastoril e comercial. Embora o prédio da instituição apresente fortes sinais de degradação, haja denúncias de que lustres e móveis estejam sendo vendidos para pagar contas e a contribuição dos sócios seja cada vez mais rara, o Clube do Comércio possui uma batalha a menos na sua luta por manter-se em funcionamento, qual seja, a do enfrentamento de atos de discriminação.

Na época do fechamento do Clube Guarani, atuava sua primeira diretoria composta apenas por mulheres, fato que foi motivo de acusação por parte de alguns sócios, que alegavam ter a entidade chegado a tal situação graças à (“má”) administração de duas mulheres. Por outro lado, a “Casa da Amizade”, uma segunda diretoria do Clube Guarani, composta só por mulheres, é considerada pelas entrevistadas como a responsável pela “alma” do clube, ou seja, a organização das festas, chás e encontros (Quadrado, 2012). As principais festas eram: os bailes de Carnaval; o Baile das Rosas, marcando a entrada da primavera; os “bailes de posse”, quando das trocas de diretoria do Clube; os “bailes de debutantes”; a Festa Kizomba, com música, bingos e celebrações religiosas; e as “Quermesses”, onde também se podi arrecadar dinheiro para o clube. Ainda segundo Quadrado (2012):

Também havia blocos de carnavais, como exemplo, o “Bloco Sempre Reinando” de 1938. Os concursos de beleza também se faziam presentes nessa Agremiação, como forma de valorização da beleza negra, entre os quais o “concurso Broto” e “Miss Mulata” (Quadrado, 2012, p. 32).

Como uma das propostas da oficina de educação patrimonial é tornar acessível à população o conhecimento elaborado a partir da pesquisa realizada, uma das estratégias para que se alcançasse tal fim foi a apresentação de alguns dados etnográficos para um grupo de professoras de ensino fundamental e médio, de Arroio Grande, alunas de um curso sobre diversidade cultural e educação. O objetivo da abordagem sobre o Clube Guarani no curso era o de apresentar o trabalho como um exemplo de construção de conteúdo interdisciplinar, conforme sugere a lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Nenhuma das alunas era negra ou sócia do Clube Guarani, mas todas conheciam a entidade e se manifestaram frente a sua presença na sala de aula. O resultado foi surpreendente em diferentes sentidos, não apenas porque as manifestações das professoras delinearam um pouco da imagem que o Guarani tem na cidade, para aqueles que não são negros, mas, principalmente, porque puseram à tona os atributos morais e discriminatórios que permeiam essa relação. Vejamos algumas narrativas extraídas do diário de campo:

Quando a gente queria entrar no Guarani, tinha que contar com um amigo, que, de preferência fosse negro (Professora 1).

A minha mãe dizia que eu podia sair, mas que se ela soubesse que eu tinha passado perto do Guarani, eu estaria proibida de sair de novo (Professora 2).

E quando o namorado da gente fugia para o Guarani! Eles sabiam que a gente não podia entrar lá. O Guarani era o meu tormento. Meu namorado ia nas festas e eu não podia ir junto. Era feio mulher entrar lá. E a gente não sabia o que eles faziam lá dentro (Professora 3).

Minha família não assinou o abaixo-assinado. A gente foi vizinho do Guarani a vida inteira e não nos incomodamos nunca. Mas eu jamais entrei, ficava olhando o movimento da janela (Professora 4).

Minha família também é vizinha, e nós não assinamos. Eu adorava as festas de lá. Era diferente. Nós não assinamos, mas, tampouco nos mobilizamos contra. Pois era tão absurdo o tal abaixo-assinado, que a gente nunca imaginou que realmente fossem fechar o clube (Professora 5).

Eu falei para os meus alunos que o Clube Guarani era um clube de negros e que ele tinha sido fechado, e eles não sabiam de nada disso (Professora 6).

Estas manifestações foram fundamentais para que se compreendesse o embaraço que uma pergunta causou logo no início das oficinas. Em entrevista com três ex-diretoras do Clube Guarani, foi questionado, se no clube “era mais liberado” – se não havia tantas restrições quanto nas outras entidades para entrar e frequentar o clube, já que não era preciso ser sócio para participar das atividades. A resposta foi imediata e negativa, argumentando que, se um diretor visse algum casal se beijando numa festa, ele imediatamente mandava parar de se agarrarem. Cabe lembrar que as duas pesquisadoras eram mulheres brancas.

Giane Vargas Escobar relata um cenário parecido em sua dissertação sobre o Clube Treze de Maio, em Santa Maria:

O Clube Treze de Maio era um local rígido, que contrariava qualquer estereótipo negativo do povo negro e seus idealizadores e frequentadores faziam questão de assim se mostrar à sociedade, e neste caso, durante muitos anos esta também foi uma maneira daqueles trabalhadores negros fugirem dos estereótipos que a eles eram imputados, saindo do esquecimento para a visibilidade, tornando-se um dos mais requisitados Clubes Sociais Negros do interior do Estado, aonde aconteciam os “melhores carnavais de

Santa Maria”, os mais lindos bailes de debutantes, bailes da primavera, baile da balança, além da sociedade incidir e intervir diretamente na educação de seus associados com aulas de reforço, de etiqueta e corte e costura para moças, dentre tantos outros cursos que visavam a formação de um caráter correto, sem desvios, sem precedentes para falatórios ou que viesse a envergonhar a sociedade, e se por acaso isto viesse a acontecer, aqueles que se “comportavam mal” na sociedade eram banidos, expulsos, sem piedade (Escobar, 2010, p. 6).

O estatuto do Clube Guarani, de 1957, nunca proibiu a entrada de pessoas com base na cor de sua pele, ao mesmo tempo em que não utilizava como único critério para a admissão de sócios o fato de serem negros. Havia, sim, exigências morais e éticas, como “não causar confusões e brigas” e pagar as mensalidades.

A expressão “da raça” é utilizada pelas famílias do Clube Guarani para se referirem às pessoas de pele preta e com laços consanguíneos de filiação com pai e/ou mãe negros. E existem outras noções importantes para a compreensão de como os pressupostos de racialidade vão sendo atualizados e ganham complexidade, à medida que abordados em termos relacionais. Assim, observemos as categorias “quase branco” e “negro branco”, interessantes para conhecer como essas variações se desenrolam na sociabilidade.

A categoria “negro branco” é atribuída àqueles que, embora sendo “da raça”, não se misturam aos outros negros, principalmente por se encontrarem em condições econômicas mais próximas às daquelas pessoas brancas que frequentariam predominantemente os outros clubes sociais da cidade, e inclusive, por preferirem participar das atividades desenvolvidas por estes. Os outros clubes da cidade que até pouco tempo tinham restrições à entrada de negros em suas dependências. Uma observação importante é a de que nenhum dos sujeitos que foram apontados como “negros brancos” tem família de origem local, tendo vindo de outras cidades ou regiões.

Há uma outra categoria que, segundo alguns entrevistados, é proferida pelos brancos, em momentos de constrangimento, para tentar amenizar reações preconceituosas perante negros indignados, ou justificar a presença de negros em espaços que não lhes pertenceriam, que é a expressão “quase branco”. Se algum branco diz “mas tu não és negro, tu és quase branco”, ele está dizendo “tu frequentas os mesmos lugares que eu, teus pais frequentam a Igreja Católica, não precisas reivindicar que respeitem os negros”. Esse tipo de situação foi relatada diversas vezes pelos sócios das gerações mais recentes, que dizem ser

isso comum pelo fato de transitarem muito, circularem muito entre diferentes meios na cidade.

O apoio financeiro de membros de famílias brancas tradicionais<sup>12</sup> da cidade – muitos tendo sido presidentes de honra do Clube Guarani – recebe diferentes interpretações. Há quem afirme que tal ajuda correspondia ao interesse, por parte dos brancos, de que os negros se mantivessem separados, longe de suas celebrações e espaços de lazer, embora alguns destes brancos comparecessem a determinadas festas no Guarani. Afirma-se também que eram poucos os brancos convidados para as festividades, geralmente eram autoridades ou pessoas influentes na cidade. Essas observações levam à reflexão de como as diferenças são operacionalizadas na luta antirracista empreendida pelas famílias do Clube Guarani.

A esse respeito são interessantes as narrativas trazidas pelas - na época do trabalho de campo – presidentes do Clube, Gizelaine Diogo Conceição e Maria Geni Lemos, sobre a escolha do nome “Guarani”. Segundo Gizelaine e Maria Geni, não se sabe ao certo o motivo para a escolha da referência indígena. Há, sim, algumas controversas cujas complexidades não são reduzidas pelos interlocutores da pesquisa a uma única resposta – tampouco a intenção deste artigo é trazer uma interpretação que explique a escolha do nome do clube a partir do contexto sócio-histórico da fundação do Guarani,<sup>13</sup> uma explicação mais verdadeira ou real do que aquelas que o campo nos narra.

Gizelaine e Maria Geni contam que conhecem duas versões da explicação para a escolha do nome Guarani: em uma delas, conta-se que o nome indígena teria um teor de afirmação racial “menos forte” que “Zumbi”,<sup>14</sup> por exemplo, o que apresentaria o clube de maneira menos “afrontosa” com relação às elites brancas, que proibiam a entrada de pessoas negras em seus clubes, mas também apoiavam financeiramente o Clube Guarani.

A outra versão, mais amplamente discutida entre os interlocutores da pesquisa, diz que vincular o clube a uma referência indígena manteria seu propósito de reunir famílias negras em um espaço de sociabilidade comum, mas marcando o encontro afro-americano e ameríndio presente na historicidade dos corpos que compõem essas famílias (Segato, 2012). Assim, o elemento indígena abarcaria desde pessoas de pele preta mais escura e traços fenotípicos negros mais acentuados, até aqueles familiares que se dizem mais “misturados” e que tem a pele mais clara, os cabelos menos crespos, por exemplo. Muitos interlocutores

---

<sup>12</sup> O Clube Guarani também é considerado “uma baita tradição” para seus sócios. Mas as famílias aqui chamadas de “tradicionais” são brancas e, em sua maioria, ligadas a atividades agropastoris de larga extensão.

<sup>13</sup> Optamos por manter a controversa irresolúvel, por respeito aos interlocutores enquanto autores legítimos de suas narrativas, as quais possuem potencialidades epistemológicas sofisticadas o bastante para inventarem, no sentido criativo (Wagner, 2010), seus próprios enredos culturais.

<sup>14</sup> Líder quilombola Zumbi dos Palmares.

da pesquisa vinculam sua pele “mais clara”, seu nariz “mais fino” que os de outros parentes, à ascendência indígena, geralmente descrita como fruto de alianças entre negros(as) e indígenas. E essa pele “mais clara” não os torna menos “da raça”, pois não aponta para um branqueamento.<sup>15</sup> Em um encontro com Célia Lúcio e seus filhos mais velhos, Dagner e Lucélia, por ocasião da construção da árvore genealógica que reunia algumas das famílias do Clube Guarani, Dagner lamentava não conseguir fazer prospecções sobre a origem étnica africana de sua família a partir de suas características fenotípicas – justamente, as supracitadas: nariz e lábios angulosos pele não retinta. Às reflexões de Dagner, Célia acrescentou que lembrava de sua avó “índia, com cabelos pretos compridos, vinda do Uruguai”.

Raça como percurso nômade, nos termos em que José Carlos Gomes dos Anjos (2006) trata o que chama de “cosmopolítica afro-brasileira”, libera as associações políticas negras da pauta única da identidade, mostrando como as alteridades imanentes a cada grupo são acionadas nos movimentos das multiplicidades de forças que compõem o “devir-negro”.

Os agenciamentos afroindígenas operados por algumas famílias do Clube Guarani, suprimem o elemento “branco europeu”, aquele do topo majoritário do mito das três raças, como variável dominante e sobrecodificadora das demais, apontando para narrativas ainda pouco percebidas pelas ciências sociais e humanas. As famílias negras que participaram da elaboração deste artigo levam os desafios epistemológicos aqui propostos a dialogar com o que Márcio Goldman (2015) chamou de “teoria etnográfica da (contra)mestiçagem”. A premissa de Goldman atenta para os riscos políticos de se aceitar o paradigma da mestiçagem como síntese final da diversidade nas Américas e as armadilhas que o mesmo dissimula, o branqueamento, o apagamento da presença negra (e indígena), a obstrução do acesso a direitos. Mas este tema será abordado com a atenção e o rigor que requer em um artigo posterior.

---

<sup>15</sup> Há também sócios do Clube Guarani, como o ex-presidente Antônio Carlos da Conceição, que apresentam “um lado branco” da família, ou seja, a família do pai ou da mãe é branca. No caso de Antônio Carlos, esse “lado branco”, de seu pai, não evitou que ele sofresse preconceito racial na cidade, principalmente na escola onde lecionou como professor de História – em suas palavras “era muito difícil ser negro em Arroio Grande”. Antônio Carlos relata, inclusive, que esse preconceito veio muitas vezes de parentes desse “lado branco” da família, os quais omitiam o parentesco em determinadas ocasiões sociais. Indo ainda um pouco mais além, ainda que haja um “lado branco” na família, o “lado negro” pode ainda incluir a presença indígena, o que significa que o elemento indígena não é eclipsado pelo branco, suas singularidades são atualizadas.

## Considerações finais

As elaborações etnográficas das vivências do Clube Guarani até aqui apresentadas pretenderam, em primeira instância, inserir tais narrativas dessas famílias negras do extremo sul do Brasil (em fronteira com o Uruguai) no campo das discussões antropológicas sobre a presença de clubes e associações negras nas porções mais meridionais das Américas. Buscou-se, assim, fomentar, ampliar e diversificar o corpus bibliográfico sobre etnografias das Populações Afro-Americanas e seus percursos de criatividade *contra o e apesar do* racismo. Ademais, este estudo é levado a transitar pela aproximação entre dois domínios convencionalmente isolados na antropologia brasileira, quais sejam, as etnografias afro-brasileiras e a etnologia indígena, o que não lhe deixa escapar de uma certa ambivalência: o entusiasmo dos ares promissores da originalidade, por um lado, e as hesitações ante a eventos e ideias ainda germinais, de outro.

## Referências bibliográficas

- ANJOS, J. C. G. dos (2006). No território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS-Fundação Cultural Palmares.
- ANDREWS, G. R. (2011). *Negros en la nación blanca. Historia de los afro-uruguayos, 1830-2010*. Montevideo: Linardi y Risso.
- ÁVILA, R.; SEVILLA, G. E CARNEIRO FILHO, C. (2012). *Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
- BORUCKI, Á. (2015). *From Shipmates to Soldiers. Emerging Black Identities in the Río de la Plata*. New Mexico: U. New Mexico Press.
- BORUCKI, A.; CHAGAS, K. E STALLA, N. (2004). *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855*. Montevideo: Pulmón.
- COLLINS, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM*, 5 (1), 6-17. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>
- CORRÊA, F. (Org.) (2004). *Revista Tempos*. Pelotas: Gráfica e Editora Cefet.
- ESCOBAR, G. V. (2010). *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural.
- GUATTARI, F. (1992). *Caosmose*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- GOLDMAN, G. (2008). *Lucamba. Herencia africana en el tango. 1870-1890*. Montevideo: Perro Andaluz Ediciones.
- GOLDMAN, M. (2006). *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras.

- GOLDMAN, M. (2015). "Quinhentos anos de contato": Por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. *Mana*, 21 (3), 641-659. doi: 10.1590/0104-93132015v21n3p641.
- INGOLD, T. (2014). That's Enough About Ethnography!. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 4 (1), 383-395. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.14318/hau4.1.021>
- LONER, B. A. (2001). *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel-Unitrabalho.
- LUGONES, M. (2008). Coloniality and Gender. *Tabula Rasa*, (9), 73-102. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-24892008000200006](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006)
- MAESTRI, M. A (2006a). *Ocupação do Território (Da luta pelo território à instalação da economia pastoril-charqueadora escravista)*. Passo Fundo: UPF.
- MAESTRI, M. (2006b). *O escravo no Rio Grande do Sul*. 3.ª ed. Porto Alegre: UFRGS.
- PALERMO, E. (2013). *Tierra Esclavizada. El norte uruguayo em la primera mitad del siglo XIX*. Montevideo: TierraAdentro.
- PEREZ, L. F.; AMARAL, L. E MESQUITA, W. (Orgs.). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond.
- QUADRADO, B. F. (2012). "Cultura também é festa"- Patrimônio e Memória. *Do Clube Guarani ao Ponto de Cultura Axé Raízes (Arroio Grande, RS)*. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Pelotas. 2012.
- QUADRADO, B. F. (2016). "Era meu sonho ser Miss Mulata": A representação da mulher negra e mulata em um concurso de beleza 1969- 1999 (Arroio Grande, RS). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas.
- RAMA, Á. (2004). *Transculturación narrativa en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- RIETH, F. et al. (2013). *Inventário Nacional de Referências Culturais - Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS (Relatório Final)*. Vol. 1. Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna.
- RODRÍGUEZ, R. J. (2006). *Mbundo. Malungo a munde. Historia del movimiento afrouruguayo y sus alternativas de desarrollo*. Montevideo: Rosebud.
- SAMPAIO, E. G. DOS S. (2010). *Clube Instrução e Recreio: Família de Rainhas no carnaval arroio-grandense no século XX*. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Pelotas.
- SCHLEE, A. G. (2014). Linguagem de fronteira. *Vox. Porto Alegre: Corag/IEL*, (7).
- SEGATO, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*, 18.
- SILVA, F. OLIVERIA DA. (2017). *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WAGNER, R. (2010). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.